



TJDFT

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Técnico Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Taquigrafia

CADERNO DE PROVAS

Aplicação: 1.º/6/2003

TARDE



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 2/6/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 3 e 4/6/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 1.º/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova prática de apanhamento taquigráfico.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I – questões de 1 a 5

A viabilidade dos direitos humanos

1 A consciência universal sobre a importância dos direitos humanos chegou a uma nitidez nunca antes atingida. Entende-se: já comemoramos o cinquentenário da Declaração Universal dos
4 Direitos do Homem (aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, em Paris).

7 Nunca se proclamaram tão altos esses direitos, e nunca — é obrigação reconhecê-lo — eles foram tão sistematicamente violados como em nossos tempos. A luta para estabelecê-los firmemente em
10 nossas consciências, na consciência de cada ser humano, em especial na consciência dos governantes, passa obrigatoriamente por uma luta constante por parte daqueles que se reivindicam “militantes da causa dos direitos humanos”.

13 Essa tensão entre o crescente interesse pelos direitos humanos e suas constantes violações nos chama dramaticamente à ação, em contribuir permanentemente para dar-lhes vigência. Não
16 basta, não é suficiente que estejam formalmente declarados, firmados e confirmados no plano internacional, bem como, na maioria dos casos, inseridos no direito positivo interno dos Estados.
19 Na verdade uma grande exigência se faz presente: agir diuturnamente para transformá-los em realidade bem viva. Conhecida e aceita por todos.

22 No próprio ventre da Revolução Francesa, de onde os direitos humanos de primeira geração se originaram, estabeleceu-se a crítica; portanto, a luta não é nova. O abismo existente entre a
25 igualdade proclamada e a desigualdade real veio a agravar-se com o advento da Revolução Industrial. As péssimas condições de vida das massas sociais agrupadas em torno dos centros mineiros e fabris inspiraram a busca de uma nova ordem, que garantisse condições de
28 vida digna.

Começou então a luta pelo reconhecimento dos direitos
31 humanos de segunda geração, ou seja: os direitos de igualdade econômica, social e cultural, que passou a ser uma nova exigência desde as reuniões da Internacional Socialista e dos congressos
34 sindicais que ocorreram durante o século XIX. No plano internacional, somente em 1966 os direitos humanos de segunda geração foram reconhecidos, por meio do **Pacto Internacional de
37 Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, aprovado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O referido pacto, em seus primeiros artigos, reconhece o
40 direito ao trabalho e a uma remuneração que assegure condições de uma existência digna, direito à sindicalização, ao descanso e ao lazer, à segurança social, direito à proteção e assistência à família,
43 à mãe e às crianças, bem como o direito à saúde e à educação.

Em outro artigo, é reconhecido o direito fundamental de toda
46 pessoa estar protegida contra a fome. Novamente nos deparamos com a grande contradição entre o que se proclama e o que é a realidade concreta em nossa América Latina. A miséria latino-americana é simplesmente escandalosa; na verdade, nos
49 últimos tempos, temos produzido uma horda de milhões de novos pobres, sendo que a metade desse contingente é formada por miseráveis que não conseguem sequer satisfazer minimamente as
52 suas necessidades básicas.

Jair Krischke. Internet: <<http://www.dhnet.com.br>>. Acesso em abril de 2003 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta quanto à síntese das idéias desenvolvidas nos parágrafos do texto I.

- A Os dois primeiros parágrafos apresentam o histórico do problema abordado no texto: os direitos sociais e culturais que são garantidos aos cidadãos.
- B O terceiro parágrafo aborda o interesse crescente pelos direitos humanos, alertando que, apesar de estarem já declarados, é necessário que eles sejam firmados em realidade conhecida e aceita por todos.
- C O quarto parágrafo faz um percurso cronológico desde a Revolução Francesa, origem dos direitos humanos, passando pela Revolução Industrial inglesa, chamada de primeira geração, até chegar à segunda geração, a dos direitos de igualdade econômica, social e cultural, no século XX.
- D O quinto parágrafo refere-se explicitamente ao Pacto de Varsóvia, após a Primeira Grande Guerra Mundial, que reconhece o direito ao trabalho e à remuneração que assegure uma existência digna, ao descanso remunerado, ao lazer, bem como à saúde e à educação gratuitas.
- E No último parágrafo, está expresso o direito fundamental de toda a pessoa — a fome —, principalmente na América Latina, onde há uma população de miseráveis que não conseguem sequer satisfazer suas necessidades básicas.

QUESTÃO 2

Assinale a opção **incorreta** com referência ao último parágrafo do texto I.

- A O fragmento “toda pessoa estar protegida contra a fome” (l.44-45) opõe-se a **toda pessoa estar faminta**.
- B A “grande contradição entre o que se proclama e o que é a realidade concreta” (l.46-47) situa-se entre o discurso e a prática.
- C A passagem “A miséria latino-americana é simplesmente escandalosa” (l.47-48) significa que as mulheres muito pobres costumam se prostituir para garantir uma forma de sobrevivência.
- D O vocábulo “horda” (l.49) significa **bando, quantidade muito grande**.
- E O termo “miseráveis” (l.51) refere-se àqueles cidadãos que não têm como satisfazer suas “necessidades básicas” (l.52), que incluem a alimentação.

QUESTÃO 3

Assinale a opção cuja paráfrase do segundo parágrafo do texto I, além de manter relação com as idéias principais do texto, está com a pontuação correta.

- A Nunca esses direitos foram proclamados tão alto e nunca é demais reconhecê-los assim: tão violados como em nossos tempos; por isso, a luta para estabelecê-los firmemente em nossas consciências, passa obrigatoriamente por uma disputa constante, por parte daqueles que se denominam “militantes da causa dos direitos humanos”.
- B É obrigação de todos reconhecer que os direitos humanos são sistematicamente proclamados e violados, em nossos tempos, quando a luta para estabelecê-los definitivamente na consciência de cada ser humano, passa por uma briga acirrada contra aqueles que se intitulam “militantes da causa dos direitos humanos”.
- C A luta para estabelecer fortemente os direitos humanos na consciência de cada ser humano, em especial nos governantes, “militantes da causa”, decorre do fato de que nunca se proclamaram tão alto esses direitos e, nunca eles foram tão sistematicamente violados como em nossos tempos.
- D Nunca os militantes da causa dos direitos humanos proclamaram-nos tão alto; todavia, é obrigação declarar, que jamais eles foram tão sistematicamente violados, como em nossos tempos, quando a luta para estabelecer firmemente nossas consciências, a consciência de cada ser humano, especialmente a consciência dos governantes, é constante.
- E É necessário se reconhecer isto: nunca os direitos humanos foram proclamados tão alto, e nunca foram tão violados como em nossos dias. Assim, a luta para estabelecê-los, com firmeza, na consciência de cada ser humano, especialmente na dos governantes, passa, obrigatoriamente, por um esforço constante daqueles que se dizem “militantes da causa dos direitos humanos”.

QUESTÃO 4

Com referência aos processos coesivos de referência do texto I, julgue os itens subseqüentes.

- I Na linha 1, “sobre” equivale a **em cima**.
- II Na linha 14, “suas” refere-se a “direitos humanos” (l.13-14).
- III Na linha 15, “lhes” refere-se a “violações” (l.14).
- IV Na linha 20, “los” refere-se a “Estados” (l.18).
- V Na linha 22, “onde” refere-se a “Paris” (l.5).
- VI Nas linhas 30 e 31, “direitos humanos de segunda geração” relaciona-se a “direitos de igualdade econômica, social e cultural” (l.31-32).
- VII Na linha 51, “que” refere-se a “miseráveis”.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 3. B 4. C 5. D 6. E 7.

Texto II – questões 5 e 6

À luz dos direitos humanos, pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada pela privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poderes necessários para o gozo de um nível adequado de vida e de outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, levando-se em conta que os diferentes níveis de pobreza afetam de maneira direta a natureza da indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos.

Em 12 de abril de 2000, a Comissão das Nações Unidas teve a oportunidade de explorar o impacto da pobreza sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e, particularmente, a desproporção desse impacto sobre mulheres, grupos minoritários, migrantes, silvícolas e crianças.

Talvez não haja algum fenômeno social que assalte de forma tão brusca os direitos humanos como a pobreza o faz, por desgastar ou anular os direitos econômicos e sociais, como: direito à alimentação, à água potável, à saúde, à educação, à habitação, à segurança pessoal, à justiça e à dignidade. Embora todos esses direitos sejam interligados e interdependentes, observa-se que, para as pessoas que vivem na pobreza, talvez eles não passem de um sonho muito distante de se tornar realidade.

Internet: <www.dhnet.org.br>. Acesso em 3/4/2003 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Relacionando o texto I ao texto II quanto às idéias e à tipologia textual, assinale a opção correta.

- A Pela temática desenvolvida, o texto II pode ser considerado uma perífrase ampliada do texto I.
- B Opõem-se os textos I e II quanto à tipologia textual: aquele é predominantemente narrativo; este é essencialmente descritivo.
- C Enquanto o texto I discorre essencialmente a respeito da fome, o texto II desenvolve o tema da pobreza perante a Declaração dos Direitos Humanos.
- D Os dois textos fazem um alerta à sociedade quanto às diferenças sociais, no que tange aos direitos à alimentação, à saúde, à educação, em prol da dignidade humana.
- E Abordar o necessário comprometimento dos indivíduos e das nações frente aos direitos humanos é um dos pontos tratados com destaque nos textos I e II.

QUESTÃO 6

Considerando a transformação ocorrida em passagens do texto II, assinale a opção correta quanto à grafia e à pontuação.

- A A pobreza pode ser entendida como a privação de recursos, capacidades, escolhas e poderes necessários ao gozo de um nível adequado de vida.
- B É necessário o cumprimento dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, por que os diferentes níveis de pobreza afetam a natureza de todos os humanos.
- C Em 12/4/2000, a Comissão da ONU obteve a oportunidade de explorar o impato da pobreza sobre os direitos civis: políticos, econômicos, sociais e culturais.
- D As mulheres, os grupos minoritários, os imigrantes, os selvícolas e as crianças, são as principais vítimas da pobreza.
- E Os direitos econômicos e sociais (a comida, a água potável, a habitação, a segurança pessoal, a justiça — mesmo que sejam interligados e interdependentes), não passam de um sonho, muito distante aos miseráveis.

QUESTÃO 7

Quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, julgue os fragmentos apresentados nos itens a seguir.

- I direito a trabalho e a remuneração que assegure condições de uma existência digna
- II direito à unir-se em sindicatos
- III direito a descanso e à lazer
- IV direito à uma segurança social
- V direito à proteção à família
- VI assistência para a mãe e às crianças
- VII direito à boa saúde e à educação de qualidade

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B II, V e VI.
- C III, IV e VI.
- D IV, V e VII.
- E V, VI e VII.

QUESTÃO 8

Mais perigosa que a força bruta é aquela que brota da indiferença da sociedade ante as violações dos direitos da pessoa humana.

Martin Luther King.

No texto acima,

- A “Mais perigosa que” equivale, sintaticamente, a **perigosíssima**.
- B “força bruta” é o mesmo que **força brutal**.
- C o trecho “aquela que brota da indiferença da sociedade” equivale, semanticamente, à construção: **a proveniente da indiferença social**.
- D seria correto substituir o trecho “ante as violações” por **perante à violações**.
- E os “direitos da pessoa humana” são antônimos dos **deveres pessoais e intransferíveis dos seres vivos**.

QUESTÃO 9

Brasília, 1.º de junho de 2003.

Para a Coordenação de Concursos do CESPE/UnB,

Requerimento:

JOSÉ DA SILVA DOS SANTOS REIS, devidamente inscrito no concurso para TÉCNICO JUDICIÁRIO do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com a inscrição n.º 197.542/03, VENHO, POR DIREITO E MUI RESPEITOSAMENTE, solicitar a Vocês a emissão de uma certidão de comparecimento nesta prova realizada nesta data supracitada, uma vez que hoje estou trabalhando em turnos e preciso comprovar meu afastamento do serviço no período da tarde, para realizar o referido exame.

Nesses termos, peço aceitação do meu pedido e AGUARDO DEFERIMENTO.

Atenciosamente,

José da Silva dos Santos Reis.

Com respeito ao texto acima, assinale a opção correta.

- A O lugar correto para a colocação da data é à esquerda, e não à direita, como se encontra no documento.
- B O tipo de documento adequado para tal finalidade não é o requerimento e, sim, o ofício.
- C Em vez do pronomes de tratamento “Vocês”, o redator deveria ter empregado **Vossas Excelências**.
- D O candidato deveria ter solicitado uma **declaração**, e não uma certidão.
- E O fechamento “Atenciosamente” deveria constar **antes** do pedido de deferimento.

QUESTÃO 10**ATA DA SALA 25**

- 1 Realizou-se, na sala vinte e cinco, do
prédio das Relações Humanas, da
Escola Martin Luther King, em Brasília,
4 Distrito Federal, dia primeiro de junho de
dois mil e três, das quinze horas às
dezoito horas e trinta minutos, portanto,
7 com três horas e meia de duração, esta
prova (anexa) de Conhecimentos Gerais
e Específicos para o Cargo de Técnico
10 Judiciário, do Tribunal de Justiça do
Distrito Federal e dos Territórios
(TJDFT), conforme diz o Edital um de
13 dois mil e três, tendo comparecido todos
os candidatos inscritos e, portanto, o
índice de abstenção foi de zero
16 candidatas. Nada mais havendo a
constar, eu, MARIA DAS GRAÇAS LUZ
FLORES, chefe de sala, lavrei esta ata
19 que será assinada por mim, exprimindo
a verdade dos fatos, sob o testemunho
da fiscal de sala. Brasília, 1.º/6/2003,
22 Maria das Graças Luz Flores e Thomásia
Aparecida Silva. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinale a opção **incorreta** a respeito do texto acima.

- A A redatora da ata respeitou os requisitos formais para a redação do documento, conforme os preceitos dessa tipologia de correspondência oficial.
- B A redatora, ao escrever por extenso os números da sala, das horas, da duração da prova e do edital cometeu erros de grafia e de adequação ao tipo de documento.
- C A grafia do vocábulo “abstenção” (l.15) está incorreta, pois deveria ter sido escrito **abstenção**.
- D A passagem “exprimindo a verdade dos fatos” (l.19-20) pode ser suprimida do texto, uma vez que essa informação deve estar pressuposta em toda correspondência oficial.
- E O preenchimento do restante da linha após a última assinatura visa evitar que outras pessoas possam adulterar o final do texto.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

QUESTÃO 11

Nos termos da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), os órgãos integrantes da justiça do Distrito Federal (DF) e dos territórios **não** incluem

- A o Conselho da Magistratura.
- B as varas da Seção Judiciária do DF.
- C os juízes de paz do DF.
- D os tribunais do júri do DF.
- E os juízes de direito substitutos do DF.

QUESTÃO 12

Acerca da LOJDFT, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Fernando e Letícia, casados entre si, são juízes de direito aprovados em regular concurso público. Com o tempo, vieram a ser promovidos, no mesmo mês, para o cargo de desembargador do TJDF.
Nessa situação, por serem ambos juízes de carreira, não haveria impedimento legal a que os dois viessem a ser lotados na mesma turma de julgamento do tribunal.
- B Os homicídios decorrentes de acidentes de trânsito serão julgados pelo tribunal do júri, ainda quando cometidos culposamente.
- C Além do corregedor geral da justiça do DF, os juízes de direito têm competência para aplicar sanções disciplinares aos funcionários que lhes sejam subordinados, em certos casos.
- D A distribuição dos feitos entre as varas do DF compete, em regra, aos juízes de direito titulares, que a realizarão em audiência pública à qual pode comparecer representante do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil; a ausência destes, todavia, não impedirá a realização do ato.
- E Por falta de previsão legal, não é exigível a realização de exame psicotécnico no concurso para provimento do cargo de juiz de direito substituto do DF.

QUESTÃO 13

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Foram empossados, no mesmo ato, os desembargadores Armando, Breno e Carolina, todos oriundos da carreira de juiz de direito do DF. Pela posição na carreira, o mais antigo era Armando, seguido de Breno e Carolina, respectivamente. Ao tomarem posse, existia vaga na 1.^a e na 2.^a Turma Cível e na 1.^a Turma Criminal.
Nessa situação, o provimento das vagas nas turmas do tribunal ocorrerá mediante sorteio entre os novos desembargadores, uma vez que tomaram posse simultaneamente.
- B As câmaras especializadas do TJDF serão sempre presididas pelo desembargador mais antigo que as integrar e enquanto este compuser o órgão.
- C O presidente do Conselho Especial e o das câmaras do TJDF jamais votam nesses órgãos.
- D O presidente do TJDF pode atribuir, unilateralmente, ao vice-presidente do órgão, as competências que entenda devam ser exercidas pelo segundo.
- E As turmas do TJDF somente podem reunir-se com a presença de pelo menos três desembargadores.

QUESTÃO 14

A respeito do RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Um juiz de direito que haja sofrido punição disciplinar nunca mais poderá ser convocado para substituir desembargador no TJDF.
- II As comissões permanentes do TJDF são compostas por desembargadores que necessariamente devem passar por rodízio ao término de cada mandato, uma vez que é proibida a recondução para essa função.
- III Se, durante as suas férias, um desembargador comparecer ao tribunal para proferir voto em determinado processo, isso não lhe dará direito a compensar o dia em que trabalhou durante o descanso.
- IV Considere que, em uma turma do TJDF, estejam lotados os desembargadores Marcos, Núbia, Oscar e Pedro, relacionados em ordem decrescente de antiguidade, sendo Marcos o presidente do órgão. Nessa situação, se Marcos se ausentar em férias, a presidência da turma tocará à desembargadora Núbia.
- V O registro dos processos na secretaria do tribunal far-se-á por ordem de recebimento, independentemente de o processo conter ou não pedido de medida liminar ou cautelar.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e V.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 15

No atinente ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A Nem todos os recursos e ações de competência do TJDF são sujeitos a preparo, isto é, ao pagamento de custas.
- B Se um desembargador estiver em gozo de férias, isso não impedirá que haja distribuição de processos à sua pessoa, a não ser que se trate de processo urgente ou em que haja pedido de medida liminar ou cautelar.
- C Sempre que um desembargador mudar de turma ou câmara, todos os processos ainda não julgados que lhe tenham sido distribuídos serão objeto de redistribuição.
- D Se um processo estiver no TJDF em grau de apelação e houver pedido de desistência do recurso, esse pedido deverá ser objeto de distribuição aleatória, para apreciação por parte do órgão colegiado ao qual for distribuído.
- E O relator deverá submeter a julgamento pelo colegiado competente as ações de competência originária e os recursos de competência do TJDF, ainda que estejam prejudicados ou sejam manifestamente inadmissíveis, improcedentes ou contrários a súmula ou à jurisprudência predominante do próprio tribunal ou de tribunal superior.

QUESTÃO 16

No que tange ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Nem todos os processos e recursos de competência do TJDFT são sujeitos a inclusão em pauta para serem julgados.
- B** Em todas as apelações cíveis, haverá revisor.
- C** Se, em sessão de julgamento do TJDFT, um advogado se comportar de maneira desrespeitosa ou inadequada, o presidente da sessão deverá adverti-lo tantas vezes quantas sejam necessárias; se o advogado persistir na conduta, o presidente poderá somente comunicar o fato à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), se for o caso.
- D** As sessões de julgamento do TJDFT encerrar-se-ão necessariamente às dezoito horas, ainda que remanesçam processos incluídos na pauta para julgamento; nesse caso, o presidente da sessão deverá desde logo convocar sessão extraordinária para julgar os processos restantes.
- E** Nos processos que tramitem em segredo de justiça, serão sigilosas tanto a sessão de julgamento quanto a proclamação do respectivo resultado.

QUESTÃO 17

Relativamente ao RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Quando houver de se manifestar oralmente nas sessões de julgamento, o Ministério Público deverá fazê-lo, em regra, após os advogados das partes.
- II No TJDFT, só se realizam sessões solenes em razão da posse de desembargadores.
- III Além das sessões solenes, pode haver também sessões especiais, estas destinadas a homenagear desembargador que se aposentar ou falecer.
- IV Nem sempre a lavratura do acórdão caberá ao relator originariamente designado pela distribuição do feito.
- V Sempre que, na sessão de julgamento, um desembargador pedir vista dos autos, os que ainda não tiverem votado deverão aguardar o retorno do processo após a vista.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 18

No respeitante ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** A execução dos julgamentos proferidos pelo TJDFT dependerá sempre da lavratura do acórdão, uma vez que este é a formalização do próprio julgamento.
- B** Se o procurador-geral de justiça do MPDFT requerer o arquivamento de inquérito ou peças de informação sobre possível crime cujo julgamento seja de competência originária do TJDFT, o relator do feito estará obrigado a deferir o arquivamento, ainda que dele discorde.
- C** Qualquer cidadão no gozo dos direitos políticos é parte legítima para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no TJDFT.
- D** Uma vez promulgada lei ou ato normativo no âmbito do DF, imediatamente caberá o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade, com a finalidade de evitar que decisões judiciais, sobretudo liminares e cautelares, venham a evitar a aplicação integral da norma.
- E** A ação de *habeas corpus* não pode ser julgada, em nenhum caso, sem que a autoridade impetrada preste informações.

QUESTÃO 19

Com referência ao Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PGC), assinale a opção correta.

- A** Nas varas do DF, o cumprimento de qualquer carta precatória depende do prévio preparo.
- B** O diretor de secretaria pode praticar atos de mero impulso dos processos judiciais, os quais devem estar previamente indicados em relação baixada pela Corregedoria da Justiça.
- C** Durante o período de férias forenses, suspende-se o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais, embora estes possam funcionar, eventualmente, nos sábados, domingos e feriados.
- D** Apenas nas petições entregues nas secretarias, os servidores dos ofícios judiciais são obrigados a fornecer recibo, o qual consistirá na impressão do dia e hora da entrega, feita por relógio datador ou equipamento similar.
- E** Embora a vestimenta das pessoas seja uma das dimensões de sua individualidade, ela está sujeita à supervisão das autoridades judiciais no que tange aos servidores dos ofícios judiciais; por isso, pode o juiz exigir que esses servidores se trajem adequadamente durante o exercício de sua função.

QUESTÃO 20

No que respeita ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Em face do interesse do serviço judicial e considerando os períodos de funcionamento do Poder Judiciário do DF, os servidores dos ofícios judiciais somente poderão gozar férias, em qualquer caso, nos meses de janeiro ou julho.
- B** Os servidores estudantes terão direito a jornada de trabalho reduzida em duas horas, durante os períodos letivos e enquanto durar o curso, desde que previamente requerida ao corregedor geral da justiça.
- C** Aos oficiais de justiça-avaliadores competirá atuar como peritos em todos os processos nos quais haja necessidade de qualquer prova pericial, e caber-lhes-á esclarecer os quesitos técnicos submetidos pelo juiz, pelas partes e seus assistentes técnicos, bem como pelo Ministério Público, conforme o caso.
- D** O diretor de secretaria pode ausentar-se do recinto da vara mesmo durante o horário de expediente, desde que seu substituto legal possa ali permanecer.
- E** Os oficiais de justiça-avaliadores terão prazo de trinta dias para cumprimento dos mandados que hajam recebido, salvo necessidade de prorrogação, autorizada pelo juiz perante o qual atuem.

QUESTÃO 21

No que se refere ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Em casos excepcionais e desde que faça comunicação prévia ao juiz emissor do mandado, o oficial de justiça-avaliador poderá atribuir a pessoa de sua estrita confiança o cumprimento de mandado judicial, mas a certidão da diligência e a responsabilidade pela correção dela ficarão, em qualquer caso, a cargo do servidor.
- B** Nos dias em que se comemorar o aniversário de cidade-satélite, não se suspenderá o expediente forense na respectiva circunscrição.
- C** Desde que o diretor de secretaria ou algum servidor da vara identifique o autor de telefonema que solicitar informação sobre o andamento processual, este poderá ser comunicado por telefone.
- D** Em nenhum caso, autos de processo poderão ser entregues a estagiário de curso de direito.
- E** Não é admissível a conferência, por parte do diretor de secretaria, de mais de uma cópia com o respectivo documento original.

QUESTÃO 22

No que diz respeito ao PGC, julgue os itens seguintes.

- I Com exceção da citação editalícia, nenhum ato referente a processo em segredo de justiça deve ser publicado na imprensa oficial.
- II Sempre que se constatar a existência de valor devido à fazenda nacional, deverá a secretaria providenciar a expedição de ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional, a não ser nos casos em que o valor da dívida esteja abaixo de certo limite.
- III Nem todos os atos judiciais praticados em processos precisam ser enviados à publicação.
- IV Os livros obrigatórios e facultativos dos ofícios judiciais, enquanto forem adotados, podem ser impressos ou compostos por folhas soltas, mas, em todo caso, deverão ser numerados e encadernados e contar com termos de abertura e encerramento firmados pelo juiz.
- V Os livros obrigatórios dos ofícios judiciais não são os mesmos para todos os ofícios.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta quanto ao PGC.

- A** Sempre que o Ministério Público oferecer denúncia ou for instaurado inquérito policial contra servidor do TJDF, o serviço de distribuição deverá comunicar o fato à Corregedoria do Tribunal, mas esta não precisará instaurar, de imediato e apenas por aquele fato, procedimento administrativo disciplinar contra o servidor.
- B** Qualquer espécie de bem móvel pode ser confiada à guarda do depositário público, sendo que, em se tratando de bem perecível, aquele deverá comunicar o recebimento ao juiz no prazo de 24 horas, a fim de obter autorização para leiloar o bem.
- C** Os mandados judiciais, na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, devem ser distribuídos aleatoriamente aos oficiais de justiça-avaliadores, para cumprimento em todo o território da circunscrição, com base na terminação numérica dos processos.
- D** Compete ao Serviço Psicossocial Forense determinar o afastamento temporário do servidor do TJDF que se encontre impossibilitado de desempenhar suas funções devido a transtornos de origem psicológica.
- E** Apenas o juiz titular da vara pode autorizar a movimentação de conta de depósito judicial.

QUESTÃO 24

Julgue os itens seguintes, relativos ao PGC.

- I Os processos com movimentação prioritária sobre todos os demais são as ações de *habeas corpus*, de mandado de segurança e cautelares.
- II Não é permitido o empréstimo de bens apreendidos por decisão judicial, tais como armas, ainda que a solicitação parta de outro juiz ou de desembargador do TJDF.
- III Todas as certidões emitidas de feitos em trâmite na justiça do DF, sobretudo as relativas a feitos criminais, devem ser assinadas pelo diretor de secretaria ou pelo juiz.
- IV Não compete aos juizados especiais criminais a execução de penas decorrentes de condenação.
- V Todos os alvarás de soltura, nas ações penais, dependem do pagamento das respectivas custas.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e V.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** III e V.

QUESTÃO 25

Em relação ao PGC e aos demais provimentos da Corregedoria da Justiça do DF, assinale a opção correta.

- A** Todos os juizados criminais especiais funcionarão, diariamente, no horário das 6 às 24 horas.
- B** Nos juizados especiais, todos os pedidos serão imediatamente autuados e enviados aos conciliadores, no prazo de até 24 horas.
- C** O juiz diretor do fórum será substituído, quando necessário, por juiz de direito que indicar ao corregedor geral da justiça.
- D** Uma vez designado o substituto do diretor do fórum para determinada ausência do diretor titular, não será necessário renovar a designação para as ausências subsequentes, ressalvada a possibilidade de designação diferente vir a ocorrer.
- E** Não há pagamento de despesas processuais nos juizados especiais.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Estênio ajuizou ação contra o Banco do Brasil S.A. (BB), com o objetivo de obter reparação por dano moral decorrente de indevida inclusão de seu nome no cadastro de devedores de cheques sem fundos. Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que a ação deve ser proposta na

- A justiça federal, mas o dano moral só será indenizável se houver prova do prejuízo material.
- B justiça estadual, porque o BB não é ente da administração pública direta nem indireta da União.
- C justiça federal, sendo perfeitamente possível requerer reparação de dano moral pela ofensa à honra, sem prova do prejuízo material.
- D justiça estadual, porque, embora o BB pertença à administração pública indireta da União, as sociedades de economia mista não possuem foro na justiça federal.
- E justiça federal ou na justiça do DF, a critério do autor, porque o BB compõe a administração pública da União e tem sede em Brasília.

QUESTÃO 27

O DF constitui ente autônomo da federação brasileira, muito embora tenha características peculiares, se comparado aos estados-membros ou aos municípios. Quanto a esse tema, assinale a opção **incorreta**.

- A O DF pode editar leis distritais tanto no exercício da competência legislativa estadual como no da municipal.
- B O DF rege-se por Lei Orgânica, a qual, como já afirmou o Supremo Tribunal Federal (STF), não pode ser equiparada a uma constituição estadual.
- C As polícias civis e militares do DF são subordinadas administrativamente ao Poder Executivo local, mas organizadas por legislação da União.
- D Os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do DF são agentes políticos da União, com competências e atribuições no âmbito local.
- E No DF, é vedada a criação de municípios.

QUESTÃO 28

Um tribunal de justiça estadual, ao alterar seu regimento interno, modificou os prazos para apresentação de recursos, previstos no Código de Processo Civil (CPC).

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A elaboração ou a alteração de regimento interno constitui manifestação típica de jurisdição de todos os tribunais, imune a qualquer controle.
- B Embora os estados tenham competência residual para editar normas de processo civil, só o podem fazer por meio de lei formal.
- C Se o regimento interno de um tribunal de justiça dispuser acerca de matéria reservada à lei federal, tal ato normativo será, nesse ponto, inconstitucional.
- D Os regimentos internos dispõem sobre normas processuais e, desde que mais benéficas aos jurisdicionados, podem alterar prazos de recursos estabelecidos no CPC.
- E Somente a lei de organização judiciária do estado, de iniciativa do respectivo tribunal, poderia promover a mudança do regime recursal.

QUESTÃO 29

Julgue os itens abaixo, acerca de princípios constitucionais.

- I Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei: esta idéia expressa o princípio da legalidade.
- II A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito: esta é a expressão do princípio da proteção judiciária.
- III A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; nesses casos, está sendo protegida a segurança jurídica.
- IV Em face da previsão constitucional de que as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo, o juiz deve desconsiderar tais provas, podendo condenar o réu se existirem outras, lícitas, suficientes para tanto.
- V Ao prescrever que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, a Constituição da República impede que crimes e penas sejam disciplinados por decretos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 30

Ao julgar uma lide em primeira instância, o juiz estadual negou aplicação a uma lei federal, entendendo que o Congresso Nacional, ao elaborá-la, ofendeu a Constituição da República.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O juiz estadual, por motivo de inconstitucionalidade, só pode deixar de aplicar leis municipais e estaduais, mas não as federais.
- B Somente o STF pode declarar a inconstitucionalidade de leis.
- C No Brasil, vigora o sistema difuso de controle de constitucionalidade, em razão do qual juízes e tribunais podem afastar a aplicação de qualquer lei considerada inconstitucional.
- D A decisão do juiz será válida, se proferida em ação direta de inconstitucionalidade.
- E A decisão do juiz terá eficácia para todos os cidadãos que se sentirem prejudicados pela mesma lei federal.

QUESTÃO 31

Acerca da justiça estadual, assinale a opção **incorreta**.

- A Os tribunais de justiça podem constituir órgão especial se possuírem mais de vinte e cinco desembargadores.
- B O acesso de magistrados aos tribunais de justiça dá-se por promoção por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- C Os tribunais de justiça podem julgar a representação de inconstitucionalidade de leis municipais e estaduais em face da Constituição estadual.
- D Os tribunais de justiça podem julgar litígios envolvendo questões agrárias.
- E Os membros do Ministério Público que venham compor os tribunais de justiça nos lugares destinados ao quinto constitucional continuam pertencendo à carreira de origem.

QUESTÃO 32

Quanto à organização da justiça eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é composto de membros provindos da magistratura e da advocacia.
- B** Os juízes eleitorais são escolhidos mediante concurso público especialmente realizado para esse fim.
- C** Há um tribunal regional eleitoral na capital de cada estado da Federação e no DF.
- D** O Código Eleitoral é o diploma que dispõe sobre a organização e a competência dos tribunais, dos juízes e das juntas eleitorais.
- E** As decisões proferidas pelo TSE podem comportar recurso para o STF, quando contrariarem a Constituição da República.

QUESTÃO 33

A Emenda Constitucional n.º 24, de 9/12/1999, alterou substancialmente a organização da justiça do trabalho, extinguindo

- A** as juntas de conciliação e julgamento.
- B** a possibilidade de juízes de direito estaduais julgarem causas trabalhistas nas comarcas onde não há varas do trabalho.
- C** alguns tribunais regionais do trabalho localizados em estados com pequena população.
- D** alguns cargos de ministros togados e vitalícios do Tribunal Superior do Trabalho.
- E** os dissídios coletivos.

QUESTÃO 34

A Constituição da República submete a administração pública brasileira à observância de uma série de princípios, entre os quais se inclui o princípio do(a)

- A** responsabilidade do Estado limitada à demonstração de dolo ou culpa.
- B** igualdade do interesse público e do interesse privado.
- C** pessoalidade e moralidade.
- D** eficiência e probidade administrativa.
- E** controle de atos administrativos exclusivamente pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 35

A Constituição da República, como regra, assegura, aos servidores públicos civis o direito

- A** à greve.
- B** à cumulação remunerada de quaisquer cargos técnicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- C** à vinculação legal de remuneração para cargos assemelhados.
- D** de aposentar-se e fazer novo concurso público, recebendo o valor da aposentadoria acrescido da remuneração do novo cargo.
- E** à estabilidade depois de três anos, independentemente de avaliação de desempenho no estágio probatório.

QUESTÃO 36

Carlos foi preso, acusado de não estar pagando pensão alimentícia devida às suas filhas.

Considerando essa situação hipotética e o regime dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Se não houve flagrante, a prisão de Carlos será considerada ilegal.
- B** Se Carlos pagou corretamente a pensão, pode obter a liberdade, mas não por meio de *habeas corpus*, pois essa ação só é possível quando a prisão ilegal decorre de acusação de crime.
- C** A prisão de Carlos é incabível, porque o STF já declarou que tal procedimento não é aplicável em caso de não-pagamento de dívida.
- D** A prisão de Carlos é, em princípio, legal, podendo ser executada de dia ou à noite, na residência dele.
- E** A prisão de Carlos é, em princípio, legal, mas deve ser necessariamente ordenada por escrito, por juiz competente.

QUESTÃO 37

Muitos direitos trabalhistas previstos na Constituição da República são também direitos do servidor público em regime estatutário, reconhecidos constitucionalmente. Assinale a opção correspondente ao único benefício que não faz parte dos direitos do servidor em regime estatutário.

- A** salário mínimo
- B** décimo terceiro salário
- C** seguro contra acidente do trabalho
- D** remuneração de trabalho noturno superior à do diurno
- E** hora extra

QUESTÃO 38

Em relação à aposentadoria, assinale a opção correta.

- A O servidor, para aposentar-se voluntariamente com a remuneração de seu cargo, deve ocupá-lo há pelo menos cinco anos.
- B A aposentadoria por invalidez só ocorre na hipótese de doença de origem profissional.
- C Na aposentadoria compulsória, os proventos são sempre integrais.
- D Na aposentadoria por invalidez, os proventos são sempre integrais.
- E A aposentadoria compulsória para homens dá-se aos 70 anos de idade e, para as mulheres, aos 65 anos.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, no que concerne aos cargos públicos, assinale a opção correta.

- A Nas empresas públicas, todo cargo público é efetivo.
- B Os cargos públicos são criados por lei, decreto ou portaria.
- C Todos os cargos públicos são de provimento efetivo.
- D Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- E Nas sociedades de economia mista, há cargos públicos efetivos.

QUESTÃO 40

A respeito dos requisitos de investidura em cargos públicos, consoante a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A Mesmo com os direitos políticos suspensos, o brasileiro pode ser investido em cargo público.
- B A idade mínima para a investidura em cargo público é de dezesseis anos.
- C A quitação com as obrigações eleitorais é requisito para a investidura em cargo público.
- D O edital de um concurso pode criar requisito de escolaridade para investidura em cargo público.
- E As pessoas portadoras de deficiência física podem ser investidas em qualquer cargo público.

QUESTÃO 41

Acerca dos concursos públicos, segundo a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A Toda investidura em cargo público depende de aprovação em concurso público.
- B O concurso público pode ser de provas, provas e títulos ou somente de títulos.
- C Todo concurso público deve ser realizado em uma única etapa.
- D O prazo de validade de concurso público poderá ser prorrogado por até duas vezes.
- E Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso público anterior com prazo de validade não-expirado.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta, a respeito das formas de provimento dos cargos públicos.

- A Reintegração é a investidura de servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- B Recondição é o retorno de servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.
- C Reversão é a reinvestidura de servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão.
- D Aproveitamento é a passagem de servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo poder.
- E Readaptação é o deslocamento do servidor, a pedido, no âmbito do mesmo quadro com mudança de sede.

QUESTÃO 43

A vacância de cargo público, conforme a Lei n.º 8.112/1990, decorrerá de

- A remoção.
- B redistribuição.
- C licença do servidor.
- D promoção.
- E férias.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta acerca das férias de servidor público.

- A Por ocasião das férias, o servidor terá direito a um adicional correspondente a um quarto da remuneração do período.
- B O servidor público não pode parcelar seu período de férias.
- C Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos doze meses de exercício.
- D A vantagem decorrente de cargo em comissão não é considerada para fins de cálculo do adicional de férias.
- E Por corresponderem a um direito, as férias do servidor não poderão ser interrompidas por necessidade do serviço.

QUESTÃO 45

A respeito dos vencimentos e vantagens do servidor público, segundo a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A** Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, sem o acréscimo de quaisquer vantagens pecuniárias.
- B** Diárias não se incorporam ao vencimento do servidor.
- C** Gratificações não se incorporam ao vencimento do servidor.
- D** Adicionais não se incorporam ao vencimento do servidor.
- E** Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias temporárias estabelecidas em lei.

QUESTÃO 46

Segundo a Lei n.º 8.112/1990, no que se refere às licenças de servidor público, assinale a opção correta.

- A** Licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida sem remuneração e por até trinta dias.
- B** Licença por motivo de afastamento do cônjuge será concedida sem remuneração e pelo prazo máximo de trinta dias.
- C** Licença para a prática de atividade política não será admitida.
- D** Licença para tratar de interesses particulares será concedida por até três anos consecutivos.
- E** Licença-prêmio por assiduidade será concedida após cada quinquênio ininterrupto de exercício.

QUESTÃO 47

Consoante a Lei n.º 8.112/1990, ao servidor público é proibido

- A** ausentar-se durante o expediente, sem prévia autorização escrita do chefe imediato.
- B** promover manifestação de despreço a colega no recinto da repartição.
- C** filiar-se a partido político.
- D** ser acionista de sociedade anônima.
- E** sindicalizar-se.

QUESTÃO 48

Conforme a Lei n.º 8.112/1990, no que diz respeito às penalidades aplicáveis ao servidor público, assinale a opção correta.

- A** A inassiduidade habitual é causa de demissão.
- B** A demissão por improbidade administrativa depende de prévia condenação judicial.
- C** Em qualquer situação, o servidor apenado com pena de suspensão não poderá ser obrigado a permanecer em serviço.
- D** O servidor aposentado não está sujeito em nenhuma hipótese a pena disciplinar por ato cometido quando estava em atividade.
- E** O abandono de cargo só se configura após sessenta dias consecutivos de ausência intencional do servidor público.

QUESTÃO 49

A respeito da responsabilidade do servidor público, segundo a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A** O servidor somente responderá perante a administração pública por seus atos danosos no caso de cometimento de crime.
- B** A obrigação de reparar o dano causado pelo servidor público não se estende aos seus sucessores.
- C** A responsabilidade civil do servidor decorre apenas de seus atos dolosos.
- D** As sanções civis, penais e administrativas a que se sujeita o servidor não poderão ser cumuladas.
- E** Tratando-se de dano causado a terceiro indenizado pela União, o servidor público culpado responde perante a administração em ação regressiva.

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei n.º 10.475, de 27/6/2002, que alterou a Lei n.º 9.421, de 24/12/1996, referente à estrutura das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, assinale a opção correta.

- A** A promoção é vedada durante o estágio probatório.
- B** A progressão funcional é a movimentação do servidor de uma classe para outra.
- C** O Poder Judiciário pode prover a totalidade de seus cargos em comissão com pessoas estranhas ao seu quadro de pessoal.
- D** É permitida a terceirização de atividades típicas das carreiras jurídicas.
- E** O interstício mínimo entre uma promoção e outra é de seis meses.



Universidade de Brasília (UnB)